



# Anais da Assembléia

Nº 68

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, 15 DE JUNHO DE 1978.

ANO IV

4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA

ATA DA 65ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 15 DE JUNHO DE 1978

QUINTA-FEIRA

— À Comissão de Constituição e Justiça.

MENSAGEM N.º 67/78

Curitiba, 12 de junho de 1978.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva fixar o efetivo da Polícia Militar do Estado do Paraná.

Altamente significativo e de fundamental importância, o plano de lei ora submetido a essa augusta Assembléia Legislativa dotará a Corporação Policial Militar do Estado dos recursos humanos necessários ao pleno e eficiente desempenho de suas finalidades no campo da Segurança Pública, conforme preceituam as Constituições do Estado e da União.

A fixação do efetivo em 14.259 policiais militares, é decorrência de criteriosos estudos realizados em consonância com a legislação pertinente à matéria, os quais, evidentemente, levaram em conta as reais necessidades do setor, não só em razão do elevado índice de crescimento populacional do Estado, verificado nestes últimos anos, como também pelo fato do vigente efetivo ter sido previsto para o triênio 1968-1970, quando as condições de demanda eram bem diferenciadas das atuais.

Por outro lado vale destacar que tais estudos mereceram aprovação da Inspeção Geral das Polícias Militares e do Estado-Maior do Exército, órgãos competentes para o exame da matéria na esfera federal.

Certo de que o plano de lei proposto merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) JAYME CANET JÚNIOR  
Governador do Estado

## ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1.º — O efetivo da Polícia Militar do Estado do Paraná é fixado em 14.259 policiais-militares.

Art. 2.º — O efetivo constante do artigo anterior será distribuído pelos postos e graduações previstos na Polícia Militar do Estado do Paraná, na forma dos anexos 1, 2 e 3, integrantes desta lei, respectivamente: Resumo dos Quadros de Oficiais; Resumo dos Quadros de Oficiais, em extinção e Resumo das Praças, por Qualificação Policial-Militar Geral.

§ 1.º — As vagas previstas para o Quadro de Oficiais Especialistas Músicos serão preenchidas pelos Oficiais Músicos do Quadro em Extinção. Quando ocorrerem vagas, os claros correspondentes serão ocupados segundo as normas de acesso ao Quadro de Oficiais Especialistas.

§ 2.º — O efetivo de Praças Especiais será variável, sendo o de Aspirante-a-Oficial até o limite de 50 e o de Aluno da Escola de Formação de Oficiais até o limite de 150.

Art. 3.º — As vagas abertas em decorrência desta lei serão progressivamente preenchidas mediante autorização do Chefe do Poder Executivo, tendo em vista a disponibilidade orçamentária.

Art. 4.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogada a Lei n.º 5.797, de 24 de junho de 1968 e demais disposições em contrário.

Presidência do Senhor Deputado Ivo Thomazoni, secretariada pelos Senhores Deputados Augusto Carneiro e Lázaro Dumont.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Ivo Thomazoni, Jurandir Messias, Ernesto Gnoato, Quielse Crisóstomo, José Domingos Scarpelini, Ivan Rüppel, Rosário Pitelli, Accioly Neto, Adalberto Daros, Agui-naldo Pereira Lima, Alfredo Gulin, Antônio Facci, Aragão de Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fabiano Braga Côrtes, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Jayme Rodrigues Carvalho, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Roberto Soares, Maurício Fruet, Muggiati Filho, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Otássio Pereira, Trajano Bastos, Paulo Camargo, Renato Bernardi, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer e Wilson Fortes (54).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

## SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede a leitura do seguinte

## EXPEDIENTE:

### MENSAGENS:

MENSAGEM N.º 66/78

Curitiba, 12 de junho de 1978.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Termo Aditivo datado de 12 de maio de 1978, ao convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e a Secretaria de Planejamento da Presidência da República, objetivando alocar recursos para a implementação do Programa Especial do Oeste do Paraná, destinado à melhoria da infra-estrutura econômica e social de Foz do Iguaçu e ao desenvolvimento agro-industrial e turístico da Região.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) JAYME CANET JÚNIOR

## ANEXO 01

## RESUMO DOS QUADROS DE OFICIAIS

QUADROS		CEL	TC	MAJ	CAP	1.º T	2.º T	SOMA
QUADRO DE OFICIAIS POLICIAIS MILITARES		10	30	46	110	137	147	480
QUADRO DE OFICIAIS BOMBEIROS MILITARES		1	2	6	12	30	36	87
QUADRO DE SAÚDE	MÉDICOS	1	5	6	6	7		25
	DENTISTAS	1	2	7	8	5		23
	VETERINÁRIOS				1	2		3
	BIOQUÍMICOS		2	1	1	3		7
QUADRO DE CAPELÃES POLICIAIS MILITARES			1	1				2
QUADRO DE OFICIAIS ESPECIALISTAS	MÚSICOS					1	1	2
	COMUNICAÇÕES						2	2
QUADRO DE OFICIAIS DE ADMINISTRAÇÃO					13	25	70	108
QUADROS DE OFICIAIS EM EXTINÇÃO			2	2	11	10	7	32
S O M A		13	44	69	162	220	263	771

## ANEXO 02

## RESUMO DOS QUADROS DE OFICIAIS EM EXTINÇÃO

QUADROS	TC	MAJ	CAP	1.º T	2.º T	SOMA
(1) AUXILIAR DE OFICIAIS			4			4
(2) ENFERMEIRO					3	3
(2) ELETRICISTA				1		1
(2) ELETRICISTA-AUTO					1	1
(2) MECÂNICO		1	2	3		6
(3) POLÍCIA-RODOVIÁRIA			3	4	3	10
(4) ENGENHEIRO	1					1
(4) IMPR. E RELAÇÕES PÚBLICAS			1	1		2
(4) MÚSICOS			1	1		2
(4) TELECOMUNICAÇÕES	1	1				2
T O T A L	2	2	11	10	7	32

- (1) Extinto pela Lei n.º 4.855, de 30.03.64;  
 (2) Extintos pela Lei n.º 5.797, de 24.06.68;  
 (3) Extinto pela Lei n.º 5.926, de 22.04.69;  
 (4) Extintos pela Lei n.º 6.774, de 8.01.76.

## ANEXO 03

## RESUMO DAS PRAÇAS POR QUALIFICAÇÃO POLICIAL MILITAR GERAL

Q P M \ GRADUAÇÕES	ST	1º S	2º S	3º S	CB	SD	SOMA
QPMG-1 PRAÇAS POLICIAIS MILITARES	166	223	492	991	1.373	8.332	11.577
QPMG-2 PRAÇAS BOMBEIROS MILITARES	17	18	36	313	415	1.112	1.911
S O M A	183	241	528	1.304	1.788	9.444	13.488

**OFÍCIOS:**

Sob o n.º 509, do Senhor Dario Leal da Cunha, Presidente da Câmara de Vereadores de Santa Maria - RS, acolhendo indicação apresentada pelo nobre Vereador João Nascimento da Silva, aprovando-o, por unanimidade de votos, com emenda de autoria do nobre Vereador Eloy Ricaldi, no qual transmite o apelo formulado e constante da proposição cuja cópia do presente e relacionada com o projeto de lei que regula as locações residenciais em tramitação na Câmara Federal. — **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o n.º 051/78, do Senhor Delso José Trentin, Presidente da Câmara Municipal de Corbélia, encaminhando solicitação feita pelo Vereador Renato Ubirajara Saporski, para que o I.C.M. dos Municípios, voltem à sistemática antiga, ou seja, o retorno aos Municípios, 72 horas após o seu recebimento. — **Ao conhecimento da Casa.**

Do Senhor João Küster, Vereador da Câmara Municipal de Foz do Iguaçu, no qual encaminha a este Poder relatório dos pormenores da atuação da Comissão Especial de Inquérito, nomeada pelo Presidente da Câmara Municipal daquela cidade, para verificação na documentação que constitui os arquivos da Prefeitura Municipal, inclusive da Companhia de Desenvolvimento de Foz do Iguaçu - CODEFI — **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o n.º 11/78, do Senhor Waldemar Karam, Presidente da Câmara Municipal de Rio Claro - Estado de São Paulo, no qual solicita apoio a este Poder Legislativo, para as medidas pleiteadas no corpo do Requerimento 175/78, de autoria do Vereador Mário Alem, para que se faça uma emenda da Constituição Federal para se permitir uma Divisão Equitativa do ICM recolhido, quando ao Município Brasileiro, 50% do arrecadado de seus limites. — **Ao conhecimento da Casa.**

**REQUERIMENTOS****REQUERIMENTO**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o Plenário, Regime de Urgência para o PROJETO DE LEI N.º 141/74, que visa criar o Distrito Administrativo de Iracema, no Município de Formosa do Oeste.

Sala das Sessões, em 15 de junho de 1978.

(a) Gilberto Carvalho

**REQUERIMENTO**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o Plenário, **regime de urgência** para o Projeto de Lei n.º 30/77, de sua autoria, que visa autorizar o Poder Executivo a doar os imóveis que especifica de propriedade do Estado para o Município de Itapejara do Oeste.

Sala das Sessões, em 15 de junho de 1978.

(a) Luiz Alberto de Oliveira

**REQUERIMENTO**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos de hoje, votos de profundo pesar pelo falecimento do Sr. WALTENOR HUNGARO, ocorrido no dia 13 de junho de 1978, na cidade de Jesuítas.

O mesmo era pessoa de grande influência nos meios comerciais e sociais de sua cidade e, quem teve a oportunidade de conhecê-lo, sabe o quanto era merecedor de nosso apreço e admiração.

Outrossim, requer ainda, que se dê ciência da decisão da

Casa, por inteiro teor da presente, à família enlutada, no Distrito de Jesuítas, Comarca de Formosa D'Oeste - PR.

Sala das Sessões, em 15 de junho de 1978.

(a) Edilson Alencar.

**REQUERIMENTO**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer à Mesa, após ouvido o Plenário, a inserção em Ata de voto de profundo pesar, pelo falecimento ocorrido ontem em nossa Capital, do Desembargador EURICO PEREIRA DE MACEDO.

O Desembargador Eurico Pereira de Macedo era membro de tradicional família curitibana e exerceu a magistratura com muito brilho e dedicação, destacando-se por sua grande cultura.

Pede-se, também, que a decisão do Plenário, seja comunicada à família enlutada.

Sala das Sessões, em 15 de junho de 1978.

(a) Accioly Neto

**REQUERIMENTO**

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, que seja consignado nos Anais desta Casa, um voto de profundo pesar pelo falecimento da Senhora ROSA CRODA, esposa de Henrique Croda, ocorrido domingo próximo passado, na Cidade de Francisco Beltrão.

A extinta, gozava de excelente conceito na cidade em que residiu por longos anos, pois se tratava de pessoa de excelentes virtudes, mãe de família exemplar, dedicada às atividades da comunidade beltronense, deixando seu passamento um profundo vazio em sua família e imensa saudade em seus inúmeros familiares e amigos.

Requer-se, outrossim, que da decisão desta Casa, se dê conhecimento à família enlutada, com endereço à Rua Rio de Janeiro, Francisco Beltrão.

Sala das Sessões, em 15 de junho de 1978.

(a) Luiz Alberto Oliveira

**REQUERIMENTO**

Senhor Presidente.

Requeiro, regimentalmente, a consignação na ata dos trabalhos da sessão de hoje, de voto de profundo pesar pelo falecimento do Ex.º Sr. Desembargador Eurico Pereira de Macedo, ocorrido, ontem, nesta Capital.

Outrossim, aprovado o presente, dê-se ciência da decisão da Casa à família enlutada.

Sala das Sessões, em 15 de junho de 1978.

(a) Maurício Fruet

**REQUERIMENTO**

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer seja consignado em ata dos trabalhos desta Casa, voto de pesar pelo falecimento do Senhor WALTENOR HUNGARO, residente no Distrito de Jesuíta e Tesoureiro do Diretório Municipal do M.D.B. do Município de Formosa do Oeste, assassinado por integrantes de uma quadrilha de ladrões de automóveis, na localidade de Bragançinha, neste Estado.

Outrossim, solicita seja oficiada à família enlutada, transmitindo os votos de pesar.

Sala das Sessões, em 15 de junho de 1978.

(a) Ernesto Gnoato

**REQUERIMENTO**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, requer seja consignado um voto de profundo pesar pelo passamento do Senhor Antônio Veraschim, ocorrido no último dia 10 do corrente mês, na cidade de Pato Branco.

Outrossim, solicita após a aprovação do presente, seja dada ciência à família enlutada, na cidade de Pato Branco.

Sala das Sessões, em 15 de junho de 1978.

(a) Ivo Thomazoni

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos de hoje, um voto de profundo pesar pelo falecimento, ocorrido em data de 13 do corrente, nesta cidade, do Senhor Doutor BENTO PEREIRA LOUZADA.

O extinto pessoa das mais relacionadas, exerceu o mandato de Prefeito no Município de Porecatu, para onde o corpo foi trasladado e sepultado. Deixa viúva a senhora Maria da Glória da Silva Louzada e os seguintes filhos: Dalmo Wilson Louzada, casado com a senhora Regina Pereira Louzada; Edna Aparecida Louzada Lemos, casada com o senhor Celso Lemos e Luiz Carlos Louzada, casado com a senhora Cefa de Assis Louzada.

Requer, outrossim, que do pronunciamento desta Casa, se dê ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 15 de junho de 1978.

(a) Fuad Nacli.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, seja consignado em ata dos trabalhos desta Casa, um voto de profundo pesar, pelo falecimento do Sr. FRANCISCO TOALDO, ocorrido na data de 14/06/78, nesta Capital.

Requer, outrossim, da aprovação deste seja dado ciência à família enlutada, no Distrito de Santa Felicidade.

Sala das Sessões, em 15 de junho de 1978.

(a) Erondy Silvério

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer com a devida aprovação do Plenário, se consigne um voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor Desembargador EURICO PEREIRA DE MACEDO, ocorrido em data de 14 do corrente, nesta Capital.

O extinto era membro de tradicional família desta Capital e, o seu passamento causou grande consternação em nossa comunidade. Outrossim, requer, que deste ato se dê conhecimento à família enlutada.

Sala das Sessões, em 15 de junho de 1978.

(a) David Federmann

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, com amparo no que dispõe o Regimento Interno, após ouvido o Plenário, envio de Expediente ao Ex.<sup>mo</sup> Sr. Governador do Estado, Jayme Canet Júnior, ao Ex.<sup>mo</sup> Sr. Ministro da Agricultura e ao Ex.<sup>mo</sup> Sr. Ministro da Indústria e Comércio, consubstanciado em apelo, para que estas autoridades em conjunto ou separadamente, gestionem no sentido de se permitir e tornar obrigatório o adicionamento de farinha de mandioca na ração, bem como oferecer o direito ao setor de rações em todos os seus segmentos, de, também, receber o cereal nas mesmas condições de preços,

como medida de economia em despesas industriais e combustíveis.

Sala das Sessões, em 15 de junho de 1978.

(a) Valter Pietrângelo

#### JUSTIFICATIVA:

A estiagem que se registrou em nosso Estado, prejudicou sensivelmente a produção de grãos, causando conseqüentemente, a falta de cereais para fabricação de rações destinadas à alimentação animal, proporcionando sensível queda de produção nos setores ligados à agropecuária, com reflexos na economia do Estado, razão pela qual, solicitamos junto aos órgãos competentes do Governo, providências para tornar obrigatório o adicionamento de farinha de mandioca na ração, bem como oferecer o direito ao setor de rações em todos os seus segmentos, de, também, receber o cereal, nas mesmas condições de preços, como medida de economia em despesas industriais e combustíveis, além de outros, oferecendo apoio ao requerimento apresentado em plenário da Câmara Municipal de Maringá, pelo eminente Vereador Antenor Sanches, aprovado por aquele Poder, dada a importância da matéria, que diz respeito à preservação dos nossos potenciais.

O pedido fundamenta-se no fato de que a mandioca foi um dos poucos produtos não afetados pelos efeitos da estiagem; considerando também que o Brasil é o maior e mais tradicional comprador de trigo no mercado internacional e que o cereal é entregue às indústrias do setor com preço subsidiado CIF-Indústria de 72,12 com ICM incluído por saco de sessenta quilos, incluindo-se, na mesma consideração que a farinha de trigo atualmente é mais econômica que o milho.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, respeitosamente requer, após ouvido o douto Plenário desta Casa, seja encaminhado ofício ao Sr. MINISTRO DOS TRANSPORTES, solicitando urgente indenização como pagamento de área atingida pela faixa de domínio da BR-153, no trecho de General Carneiro a União da Vitória, cuja declaração em anexo.

Sala das Sessões, em 15 de junho de 1978.

(a) IDomício Scaramella

#### JUSTIFICATIVA:

Justifica-se nosso presente pedido no grande atraso referente ao pagamento de indenização.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, seja encaminhado à Sua Excelência, o Senhor Secretário de Estado da Administração, Pedido de Informações, a fim de que esta Casa seja informada a que título está prestando serviço à Prefeitura Municipal de Tamboára, o veículo de propriedade do Estado, marca Volkswagen, ano de fabricação 1972 - Placa CE-1254.

Sala das Sessões, em 15 de junho de 1978.

(a) Waldenício Barbalho

#### PROJETO DE LEI:

PROJETO DE LEI N.º 89/78

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica criado no Município de Santa Helena, o Distrito Administrativo de São José, com os seguintes limites e confrontações:

"Limita-se a oeste com o Distrito de São Clemente, numa linha que parte da direção sul a norte na barra da Sanga Serrinha no rio Braço do Norte (São Francisco) e por esta até a sua nascente e daí em linha seca e reta até encontrar a nascente do

Arroio Boas Novas e por este até a linha demarcatória da Fazenda Britânia que divide também o Município de Santa Helena com Marechal Cândido Rondon; ao sul com o rio São Francisco, Braço Norte; ao norte com Marechal Cândido Rondon e a leste com o Município de Toledo”.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 15 de junho de 1978.

(a) Ivo Thomazoni

#### JUSTIFICATIVA:

O projeto que ora apresentamos a esta Assembléia, tem por objetivo criar o Distrito de São José no Município de Santa Helena. Antiga aspiração dos moradores desta região, vai permitir que os mesmos tenham maior facilidade no trato com as repartições públicas, principalmente por situar-se a 40 (quarenta) quilômetros da sede do Município. Todavia, o dinamismo e trabalho de seus habitantes fizeram com que São José se transformasse num núcleo de grande desenvolvimento agrícola. Pelo progresso evidenciado, hoje já conta com diversos loteamentos abertos numa evidente mostra da pujança com que foi transformada essa região do sudoeste, sendo o principal núcleo habitacional do município excluindo sua sede.

O distrito que se pretende criar, conta no momento, com aproximadamente quatro mil (4.000) eleitores e dezesseis mil (16.000) habitantes.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Está finda a leitura do expediente.

A Presidência tem a satisfação de registrar, neste plenário, a presença do Sr. Joaquim Vieira dos Santos, vice-Prefeito de Abatiá.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito para o Pequeno Expediente, Sr. Deputado Nilso Sguarezi.

O SR. NILSO SGUAREZI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ocupamos a tribuna para encaminhar um requerimento, com o seguinte teor: (Lê)

“Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e tendo por base as disposições do artigo 94, requer digne-se V. Ex.<sup>a</sup> consultar o Plenário para ser designada a data de 20 de junho corrente, a fim de serem ouvidos em audiência por esta Assembléia Legislativa, o Ex.<sup>mo</sup> Sr. Secretário do Interior e o Ex.<sup>mo</sup> Sr. Presidente da SANEPAR, conforme decisão já adotada pela Casa em 10 de maio pp.

Outrossim, que fique determinado, expressamente ao Senhor 1.º Secretário, conforme disposição do art. 92, § 2.º, a expedição do Ofício-Convite, para a data acima apazada.

Sala das Sessões, em 15 de maio de 1978.

(a) Nilso Sguarezi

#### JUSTIFICATIVA:

Lamentavelmente vem ocorrendo errônea interpretação do Regimento Interno da Casa, quanto às CONVOCAÇÕES e CONVITES aos Secretários de Estado. Pelos dispositivos regimentais (art. 92 a 96) não fica ao arbítrio do Senhor 1.º Secretário a designação da data do convite ou da convocação. Ela deve ser fixada no ato convocatório, cabendo àquele, tão somente, a expedição do convite.

Ora, tem sido desgastante para a própria Mesa Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, esta dualidade de interpretações, eis que como se comprovou no episódio da convocação do Ex.<sup>mo</sup> Sr. Secretário de Segurança, longo tempo transcorreu até que fosse expedido o ofício formulando a convocação, quando na verdade, o Ex.<sup>mo</sup> Sr. 1.º Secretário não tem a faculdade de designar a data, mas exclusivamente, a obrigação de expedir o ofício convocatório. Quem fixa a data da audiência (quer em convite, quer em convocação) é o Plenário e nem mesmo a Presidência. Daí a

razão do presente requerimento, a fixação de uma data pelo Plenário e a determinação ao Secretário para a expedição do competente ofício.”

Era só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Concedo a palavra ao segundo orador inscrito, Sr. Deputado Fidelcino Tolentino.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, Srs.

Deputados.

É sabido que Foz do Iguaçu, desde 1973, está passando por uma completa mudança. Principalmente nos seus aspectos urbanísticos e sociais.

É que a obra da binacional Itaipu está fazendo com que, de todo o País, receba uma mobilização de famílias que acorrem àquele local, no intuito de buscar melhor colocação, melhor emprego, melhor renda para sua família, porque a divulgação da obra de Itaipu tem chegado a todos os cantos do País, como se fora ali um Eldorado. E na verdade, Sr. Presidente, é que aquele canto desta Pátria está sofrendo uma série de problemas de ordem social, os mais graves que a nossa região poderia antever.

Somados estes aspectos de ordem estranha à região, ainda agora, com a última seca, aumentou a dificuldade da população que residia na área rural próxima à região oeste do Paraná.

E esta situação está trazendo grande preocupação para os antigos moradores de Foz do Iguaçu. E as empresas que foram contratadas para o desenvolvimento e construção da usina, ou de casas populares, ou que prestam serviço de qualquer natureza, para a instalação deste complexo, também trazem no bojo de sua permanência, de sua implantação, uma série de efeitos de ordem social sobretudo. É o caso, Sr. Presidente, da CBPO, uma das companhias que está plantada em Foz do Iguaçu, e que já há quase dois anos, ou aproximadamente dois anos, está em litígio judicial, numa área onde residem, no perímetro urbano, na Vila Pluma, mais de 350 famílias, e já o pleito judicial teve um desfecho, há algum tempo atrás, e todas aquelas famílias haveriam de ser despejadas pela justiça.

E nós, Sr. Presidente, que esperamos o desfecho até sua ulterior deliberação, do Juiz daquela Comarca, temos que vir a esta tribuna agora, para fazer um apelo à Secretaria de Justiça deste Estado e ao próprio Poder Judiciário, para que se evite a deflagração de uma calamidade das famílias que ali residem e residem de boa fé, no intuito de prestar serviços à obra gigantesca da binacional Itaipu.

Sr. Presidente, recentemente se tem notícia de que o Conselho Superior da Magistratura está para deliberar, em regime de força, a proteção para se promover um despejo em massa de todas aquelas famílias, e as notícias que circulam, lá, naquela vila, são de desespero, são de desalento. Pedem por telefone, mandam emissários para esta Capital, e, sobretudo, para os Parlamentares que aqui representam aquele povo, a fim de intervir, a fim de solicitarem, a fim de instarem as autoridades competentes, para que se evite um problema dos mais graves que já tem acontecido naquela região oeste do Paraná, superior, quem sabe, aquela mobilização que o INCRA fez naquelas terras que se diziam ser do Parque Nacional Iguaçu.

E é este o apelo que faço desta tribuna, ao Governador do Estado, ao Secretário de Justiça e ao egrégio Conselho de Magistratura deste Estado, para que meditem sobre os efeitos de uma medida desta natureza, para se evitar que aquelas famílias sejam despejadas, para se evitar que aquelas famílias sejam jogadas na rua sem lugar para morar, para que se evite que aquelas famílias entrem em desespero e através deste desalento, busquem outros caminhos para protegerem suas famílias.

Não se quer conflito em Foz do Iguaçu, Sr. Presidente,

o que se quer é a conciliação, é o entendimento do poder público e da Justiça, para que não se cometa, a título de justiça, uma das maiores injustiças que Foz do Iguaçu pode engargar.

É justamente, Sr. Presidente, este apelo, buscando esta sensibilidade das autoridades, que eu faço daqui desta tribuna, em nome de 351 famílias que residem ali na Vila Pluma, que, pelo menos, as autoridades concedam um prazo para que elas possam se locomover, para que possam colocar-se em outro lugar, eis que já há uma ameaça de invasão, há uma ameaça de despejo iminente, Sr. Presidente. Então, é neste sentido que faço este apelo, aqui, às autoridades, no sentido de um comediamento nas atitudes, a fim de que se evite o despejo em massa.

Por esta razão, por este princípio, princípio de justiça, é que invoco este posicionamento e que faço este apelo.

Era só, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) No Grande Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Nilso Sguarezi, inscrito.

O SR. NILSO SGUAREZI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

"Diz o ditado popular que o mês de abril é a época das grandes peças do ano. Na política brasileira, isto tem se evidenciado com realística ironia. Por exemplo: em abril passado, sob a alegação de "aprimorar a democracia", editou-se o "pacote de abril", criando-se a figura do "senador biônico", daí porque o povo, na sua sabedoria popular, ter imediatamente transformado a criação do arbítrio em verdadeira piada. Ora, no Paraná, este último abril foi fértil em piadas, mas uma delas, que só agora se teve conhecimento, merece alguns comentários.

Sem dúvida refiro-me à grande piada que o Senador Biônico do Paraná, foi contar ao Ungido do Olimpo, dizendo de que a Arena tem a preferência de 52% do eleitorado do Paraná, o que vale dizer que a cada quatro eleitores, dois seriam da Arena, um do MDB e um indeciso.

Correspondendo à realidade, a Arena seria a vitoriosa nas eleições deste ano, com margem de vantagem tão acentuada que praticamente reduziria a Oposição aos números que antecederiam 1974. Apenas para raciocinar, se os 20% de indecisos ou sejam, os seiscentos mil votos, que diz o Biônico do Paraná, ainda não estarem definidos, tenham pela máquina da propaganda oficial, que vem mantendo, usando e abusando do poder público para conseguir votos, conforme denúncia não da Oposição, mas de homens da Arena e até desta Casa como assistimos de viva voz aqui ser dito e daquele que desistiu da candidatura ao Senado, seria lógico supor, que a maioria dos indecisos acabassem preferindo o volume da propaganda ou deixassem-se engabelar pela corrupção eleitoral já em franco desenvolvimento. Em isso ocorrendo e para ter-se uma idéia, da **relatividade**, da pesquisa que a Arena diz ter em mãos, basta notar que a cada seis (6) eleitores que votarem, quatro seriam do Governo e dois da Oposição.

Realmente, foi uma grande piada que o Biônico do Paraná, teve a ousadia de contar. Como se pode ter a coragem de enganar os que realmente decidem? Como justificar tal preferência do eleitorado paranaense, se o maior Partido do Ocidente, aqui neste Estado, não consegue mais que um candidato a Senador nas eleições diretas? Como desconhecer a realidade de pessimismo eleitoral que invade a todos os arenistas conscientes deste Paraná? Como ignorar o desgaste acelerado do Governo Estadual em todos os níveis da administração pública?

Evidente que o meu Partido não tem condições financeiras de contratar uma pesquisa de opinião a nível estadual, mas fica aqui o desafio ao **maior partido do Ocidente**, para provar nas urnas, com o voto direto, a confirmação da alegada pesquisa.

Pesquisa que, diga-se de passagem, não é exibida à imprensa e ao público, e nem a esta Casa, como aquela célebre pesquisa realizada para as eleições municipais de 76, com o dinheiro

do povo do Paraná e que só o Governo Estadual acabou tendo conhecimento.

A propósito, é bom recordar que mesmo notificado judicialmente por este Deputado, em 05 de outubro de 1976, até esta data, não recebemos o resultado da pesquisa, que custou aos cofres públicos a expressiva soma de Cr\$ 242.000,00, por contrato firmado entre a Casa Civil e o Instituto Gallup.

Afirma, agora, o BIÔNICO DO PARANÁ, que quem realizou a pesquisa foi o IBOPE, mas também desta feita, os dados e resultados são manipulados e mantidos à chave.

Se pesquisa ganhasse eleição, hoje o Sr. Laudo Natel não estaria amargando uma estrondosa derrota. Se esquema de governo ganhasse eleição, não estaria a direção nacional do MAIOR PARTIDO DO OCIDENTE, tentando fechar a questão para Presidente camuflando assim a pretensa e alegada liberdade de escolha que teria o "colegião" para homologar o novo ungido. Na realidade a Arena tenta criar condições que possam influir na opinião pública para não ser novamente pega de calças curtas, como ocorreu em São Paulo. Daí porque não posso deixar sem contestação as afirmações do BIÔNICO DO PARANÁ e não deixo porque Sua Excelência não esclareceu se a preferência de 52% dos eleitores paranaenses também quer um BIÔNICO, ao invés de um homem eleito direto e legitimamente pelo povo brasileiro.

Gostaria de saber se a pesquisa do ilustre BIÔNICO DO PARANÁ previu a formação da FRENTE NACIONAL PELA REDEMOCRATIZAÇÃO, se a coleta de informações ao Presidente do Maior Partido do Ocidente, neste Estado, lhe informou antecipadamente da desistência de seu mais forte concorrente ao Senado, depois de ter sido aprovado pela convenção?

Por tais razões, é que contesto o relatório do BIÔNICO DO PARANÁ e o faço com a autoridade de quem entende de povo e conhece as suas tendências, seus anseios e também dificuldades. Se não temessem as urnas, os donos do poder de que o BIÔNICO DO PARANÁ é o protótipo, não teriam tirado o direito ao povo de escolher livremente as duas cadeiras ao Senado. Se fosse realidade esta preferência de 52% à Arena, seria o seu Presidente o primeiro a querer a legitimidade do voto direto para assentar-se ao lado dos legítimos e autênticos senadores do povo que lá estão."

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) No Grande Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Gabriel Manoel inscrito.

O SR. GABRIEL MANOEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Escutamos com atenção o pronunciamento do vidente Deputado Nilso Sguarezi, dentro do que só ele conhece, só ele sabe, só ele entende de política, — nós queríamos, humildemente, pedir vênias para que também nós, os homens da Arena, em nome de 260 ou 270 prefeituras arenistas do interior, viéssemos, não em defesa do nosso futuro Senador Afonso de Camargo Neto, Presidente desta nossa agremiação, mas viéssemos para esclarecer verdades, para dirimir dúvidas.

Se biônico existe no Paraná, existe no Rio de Janeiro, existe no Brasil, porque é o sistema de Governo que a nós políticos não cabe contestar.

Se o ilustre Senador futuro, Afonso Camargo Neto, filho de uma família tradicional de políticos paranaenses, vaticinou uma grande verdade por intermédio de um Ibope realizado por pessoas de gabarito e de valor, não podemos escutar baboseiras demagógicas, com gente que teme a urna...

O Sr. Nilso Sguarezi — V. Ex.<sup>a</sup> permite um aparte?

O SR. GABRIEL MANOEL — ... com gente que teme as urnas; com gente que, sem procurar saber das aspirações das pequenas comunas, quando o grande Governador Canet Júnior levou e aplicou dinheiro do povo em benefício do próprio povo. É um líder incontestado que temos ao arrempio dos que não querem ver. Dos homens que não se conformam em antever

a sua derrota, em ver cair o seu grande "Cavalo de Tróia". Os homens que não se conformam, com a devida vênia, de saber que a Arena haverá de ser a vencedora em todas as instâncias, principalmente aqui, no Paraná. Com o devido respeito que tenho para com os Srs. Deputados do MDB, não vamos admitir que se venha propalar baboseiras, dentro desta Casa de Leis, porque esta Casa é uma Casa séria, é uma Casa onde não se pode atacar um Senador eleito, embora bionicamente, mas, com a vontade de todos, com a vontade, Sr. Presidente, com a vontade, Srs. Deputados, de todos os convencionais onde ele teve a maioria esmagadora, dos convencionais.

Então, para que não faltem com o respeito para com os meus companheiros do interior, que vieram votar no Senador de sua preferência; que vieram, embora não queiram alguns contestadores, votar para que o sistema continuasse, para que o Governador Jayme Canet Júnior pudesse levar estradas, para que, na seqüência, com o Governador Ney Braga, possa levar escolas, para que, na seqüência do grande Secretário da Saúde Arnaldo Busato, possa levar saúde.

Estamos aplicando, Sr. Presidente, o dinheiro do povo em benefício do próprio povo. Quero conchamar, neste momento, à imprensa do meu Paraná, quando se vem dizer baboseiras numa tribuna, Sr. Presidente, numa tribuna séria, uma Casa séria.

**O Sr. Nilso Sguarezi** — Por que o voto dos convencionais não foi respeitado?

Por que pressionaram o Dr. Cândido a desistir?

**O SR. GABRIEL MANOEL** — Foram respeitados, Sr. Presidente, e foram respeitados, porque o respeito maior não é para com os homens de gravatinha, mas para com os homens de mãos calejadas que derramam seu suor...

**O Sr. Nilso Sguarezi** — Aos que iriam votar em Cândido Martins de Oliveira e tiveram que desistir do candidato?

**O SR. GABRIEL MANOEL** — Sr. Presidente, pediria a V. Ex.<sup>a</sup> que me assegurasse a palavra.

**O Sr. Nilso Sguarezi** — V. Ex.<sup>a</sup> permite um aparte?

**O SR. PRESIDENTE** — (**Ivo Thomazoni**) V. Ex.<sup>a</sup> está no uso da tribuna, com toda liberdade de usá-la.

**O SR. GABRIEL MANOEL** — Porque, Sr. Presidente, Srs. Deputados, e povo do meu Paraná, chega de baboseiras.

Tivemos uma vitória na Assembléia, em 74, quando as águas não eram favoráveis; e, hoje, a nossa vitória vai ser maior e os inconformados vêm com baboseiras a dizer ao povo, a mentir ao povo, que até hoje não levaram nada.

O que fez o Senador Leite Chaves pelo Paraná?

A única coisa que fez, como disse uma vez dessa tribuna, foi tirar a imagem de Cristo de sua sala. Esse homem messianicamente falso, que mentia para o povo, que mentia descaradamente, iludiu o povo paranaense. Passaram-se, Sr. Presidente, quase 4 anos, que foi que o Senador do ilustre Deputado Romeu Sguarezi trouxe para os paranaenses de benéfico? Trouxe para o Brasil, trouxe para a gente humilde?

Não podemos mais tolerar, Sr. Presidente, falsos "messias".

**O Sr. Nilso Sguarezi** — Por que o Partido de V. Ex.<sup>a</sup> tira do Senado o Senador Accioly Filho?

**O SR. GABRIEL MANOEL** — Os falsos "messias" são repudiados, Sr. Presidente, e haveremos, Sr. Presidente, de estar aqui para confirmar as palavras do Senador, futuro Senador Affonso de Camargo Neto, que haveremos de ganhar com 52 ou talvez, com 54 por cento nas eleições; saiba, Deputado, que temos à frente do nosso Governo, Governo honesto, governo tranqüilo, governo que aplica o dinheiro do povo em benefício do próprio povo, o Governador Jayme Canet Júnior. E temos um futuro Governador não menos honesto, que é Ney Braga. E temos V. Ex.<sup>a</sup>, que é também, poderia ouvir os bons para que V. Ex.<sup>a</sup> seja um deles. E é isto, Sr. Presidente, que não vamos tolerar mais, dentro da modéstia e dentro da confiança que temos no povo do Paraná. Não vamos tolerar baboseiras;

os convencionais que vieram para votar em Affonso Camargo Neto estão conscientes e não se pode abusar do voto de quem vota conscientemente. O homem humilde também tem direito a voto. O homem, por mais humilde que seja, não pode ser menosprezado por V. Ex.<sup>a</sup>.

**O Sr. Nilso Sguarezi** — É o MDB que não quer que ele vote?

**O SR. GABRIEL MANOEL** — O homem humilde, Sr. Presidente, também tem direito a voto, e é a contestação que fazemos a V. Ex.<sup>a</sup> e pedimos para que aguarde, para que espere, porque paciência e caldo de galinha não faz mal para ninguém. Aguarde, porque o amargor da derrota V. Ex.<sup>a</sup> vai conhecer, porque estamos estruturados, Sr. Presidente, Srs. Deputados, para conquistar o povo que já está conquistado por este grande Governador Jayme Canet Júnior, e por toda a bancada arenista. Estamos estruturados para não escutar baboseiras; estamos estruturados para que homens abalisados como V. Ex.<sup>a</sup> não venham dizer bobagens da tribuna, apenas com as tiradas demagógicas, para procurar impressionar os menos avisados.

Mas, graças a Deus, em sua Onipotência, temos um povo esclarecido. E este mesmo povo há de fazer justiça. Nosso povo clama por justiça, diz sim à justiça e diz não à demagogia.

Havemos de ver os prefeitos que foram recebidos no Palácio Iguacu, inclusive Prefeitos do MDB, que hoje marcham ao lado da Arena, hão de compartilhar conosco e também V. Ex.<sup>a</sup> está convidado para a grande vitória arenista de nosso Paraná para dizer Sim ao presente e Sim ao futuro de uma grande administração e um Basta à demagogia.

Muito obrigado. — (**Sem revisão do orador**).

**O SR. PRESIDENTE** — (**Ivo Thomazoni**) A Presidência consulta a liderança da Arena, sobre se deseja usar o espaço que regimentalmente lhe é reservado.

**O SR. EZEQUIAS LOSSO** — A Arena declina, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** — (**Ivo Thomazoni**) Havendo declinado, consulto a Liderança do MDB sobre se deseja ocupar o espaço que lhe é reservado.

**O SR. NILSO SGUAREZI** — Usarei, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** — (**Ivo Thomazoni**) Concedo a palavra ao Sr. Deputado Nilso Sguarezi.

**O SR. NILSO SGUAREZI** — Sr. Presidente, pretendo usar da palavra e conceder aparte ao eminente Deputado Gabriel Manoel, que não honrou a sua tradição nesta Casa, ao não me conceder aparte, assumo à tribuna por esses instantes, para refutar algumas afirmações de S. Ex.<sup>a</sup> que não condizem com a realidade.

Primeiro, V. Ex.<sup>a</sup> afirmou que Senador biônico existe no Paraná e no Rio de Janeiro. No Paraná, eu posso declinar o nome dele, Affonso Alves de Camargo Neto. Gostaria que V. Ex.<sup>a</sup> declinasse o nome do biônico do Rio de Janeiro. — (**Risos**)

Muito bem, V. Ex.<sup>a</sup> parte para conjecturas, especulando o futuro. Então, eu acredito que em cima de conjecturas, eminente Deputado Gabriel Manoel, tudo vale. Mas, a respeito das baboseiras que V. Ex.<sup>a</sup> afirmou terem sido ditas nesta Casa, eu prefiro dizer de que V. Ex.<sup>a</sup> não disse baboseira nenhuma. Mas, por outro lado também, não aceito que V. Ex.<sup>a</sup> tenha dito que eu disse baboseiras. Porque, como tenho o direito, e deve V. Ex.<sup>a</sup> reconhecer, deixando a emotividade de lado, gostaria que V. Ex.<sup>a</sup>, dentro da razão lógica, de que V. Ex.<sup>a</sup> é possuído, reconhecesse este ponto pacífico, se V. Ex.<sup>a</sup> quiser me contestar, o aparte está franqueado. V. Ex.<sup>a</sup> deve admitir de que o ilustre Presidente da Arena dizer de que 52 por cento do eleitorado do Paraná tem preferência pela Arena, ele devia fazer esclarecimentos, se esses 52 por cento está incluída a preferência pelo biônico, porque é uma questão que deve ser esclarecida; a figura do biônico é muito recente, Deputado Gabriel Manoel. Não houve ainda nenhuma eleição de biônico, e o Paraná, e o eleitorado do Paraná, se de uma hora para outra, a sua maioria se manifesta favorável...

**O Sr. Gabriel Manoel** — Se me permite...



Apenas para ponderar. Então não é 52%, são 100% do eleitorado que vota no biônico.

O SR. NILSO SGUAREZI — V. Ex.<sup>a</sup> me parece, que está pondo para fora um raciocínio subjetivo, daqueles que gostariam de tomar a cadeira do biônico. Isso aí não condiz com V. Ex.<sup>a</sup> que é um homem que tem entrado nesta Assembléia, à cata do voto direto, conhecendo o sofrimento do povo. Portanto, Deputado Gabriel Manoel, me perdoe V. Ex.<sup>a</sup>, mas tudo que V. Ex.<sup>a</sup> afirmou da tribuna, de que aqui foram ditas baboseiras, se V. Ex.<sup>a</sup> disser que eu disse baboseiras, então V. Ex.<sup>a</sup> caiu no mesmo erro.

Porque eu não acredito.

Antes de dar o aparte ao Deputado Osvaldo Macedo que muito me honra, eu gostaria de fazer uma indagação ao Deputado Gabriel Manoel: V. Ex.<sup>a</sup> no seu discurso acentuou muito, a necessidade e o reconhecimento de que até o mais humilde do brasileiro, tem direito a voto. V. Ex.<sup>a</sup> é de uma incoerência gritante, porque é exatamente o Partido de V. Ex.<sup>a</sup> que vem dando sustentação para que esse homem simples, calejado, que paga impostos, não tenha o direito ao voto direto. E V. Ex.<sup>a</sup> ao defender o Senador biônico, é que está afastando esse humilde paranaense, de poder contribuir com o seu voto.

Tem o aparte o Deputado Osvaldo Macedo.

O Sr. Osvaldo Macedo — Deputado Nilso Sguarezi.

Inicialmente, gostaria de cumprimentá-lo, pela oportunidade do seu pronunciamento nesta Casa, porque é lamentável, que a bancada da Arena por inteiro, não esteja presente para ouvi-lo e para debater com V. Ex.<sup>a</sup> as questões que são trazidas ao questionamento nesta tarde. Tinha que ser o eminente Deputado Gabriel Manoel, a apartá-lo e a defender o Senador biônico. Tinha que ser o Deputado Gabriel Manoel. Sei que a maioria da bancada da Arena hoje, tem pejo em fazer essa defesa.

O SR. GABRIEL MANOEL — Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) Para uma Questão de Ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Gabriel Manoel.

O SR. GABRIEL MANOEL — Que fizesse uma ligeira advertência para o Deputado que o aparteu, que nós não apartemos, nós só falamos da tribuna.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) Continua com a palavra, o Sr. Deputado Nilso Sguarezi.

O SR. NILSO SGUAREZI — Obrigado.

O Sr. Osvaldo Macedo — Repito, Sr. Deputado Nilso Sguarezi, que sei que a maioria da bancada da Arena nesta Casa, como hoje já, setores respeitáveis da Arena em plano nacional, têm pejo de defender a figura ridícula do Senador biônico.

Ainda agora, o Senado Federal, discute projeto de lei que objetiva definir os direitos que os Senadores biônicos terão naquela Casa. Por exemplo, segundo o projeto de lei ali apresentado, eles não poderão ser presidentes de comissões, nem fazer parte da Mesa Diretiva do Senado. Já outros vão mais além, não querem nem que eles sejam servidos pelos serviços de cafezinho. Outros, já acham que nem pedir apartes eles devem ter o direito.

A verdade é que hoje, quem aceita ser Senador biônico, demonstra em princípio, uma coisa, uma falta de amor próprio. Não sei até, se falta de dignidade pessoal. E o Sr. Affonso Camargo Neto, ungido a senador biônico do Paraná, não entende nada de voto.

Da primeira vez que foi candidato a senador, fez papel ridículo. Na segunda vez, sabendo que não poderia ir pelo voto, aceitou ser biônico. E, note-se, não é comentário, mas é um dado, teve uma péssima votação na convenção do seu Partido, dado o número de votos em brancos ou nulos.

Mas, o que eu gostaria de acentuar, é que já, hoje, já agora, no estágio em que se encontra a vida política deste País,

tenho dúvidas de que os "senadores biônicos" venham a tomar posse.

Já não faz muito tempo, o Senador Paulo Brossard, que não é leviano, que não é de bravatas, declarou textualmente que os "senadores biônicos" não tomarão posse.

Já não faz muitos dias, o Senador Paulo Brossard afirmou que o Sr. João Batista Figueiredo não chegará à Presidência da República.

Eu estou convencido que, dificilmente, ambos chegarão onde pretendem chegar: nem o Affonso a "Senador biônico", nem Figueiredo à Presidência da República.

E sei que pelo bem do País é bom que não cheguem. Porque, um não entende de voto. E se a figura do "senador biônico" me faz lembrar à figura do "Incitatus", não sei porque a figura do "senador biônico", no Paraná, me faz lembrar um conto de Guimarães Rosa, que tem o seguinte título: "A simples e exata estória do burrinho do Comandante".

E com relação às eleições deste ano, não tenho dúvidas de que, hoje, haverá, na verdade, um verdadeiro plebiscito no plano nacional. Tanto que o homem do povo já me disse que se o Governo disser que todo mundo, neste País, tem que ser corintiano, até os corintianos deixarão de sê-lo.

Peço — e gostaria daqui desta Assembléia Legislativa do Paraná, e quando se fala daqui se fala para o Paraná, pode-se falar também para o Brasil, — que, pelo amor de Deus, que pelo amor do Brasil, o Sr. João Baptista Figueiredo renuncie a sua candidatura à Presidência da República, que lhe foi imposta, a que foi ungido, porque ele não representa a vontade nacional, porque ele é um homem despreparado para ser Presidente da República, é um homem sem qualificações para exercer esse cargo.

E mais do que nunca, pela hora em que vivemos, pela democracia já, pelo Estado de Direito já, e é por isso que, nesta hora, estou convencido do sucesso da frente de redemocratização nacional. E a Democracia virá. E na Democracia não haverá lugares na disputa eleitoral, nem para "Affonsos Camargos Netos", nem para "Figueiredos", nem para "Gabriéis Manoéis".

Muito obrigado.

O SR. GABRIEL MANOEL — Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Gabriel Manoel.

O SR. GABRIEL MANOEL — Sr. Presidente, o moço que acabou de falar está emocionalmente falido. Porque, quando ataca um colega, está certo. Mas, quando ataca um Senador da República, quando ataca um General de 4 estrelas, é porque não tem razão. Porque, um homem desses, está pactuando para levar o País ao caos. O homem que contesta o regime, um homem que não tem condições emocionais para dizer o que disse, se o ouvirmos, estaremos falidos, se continuarmos ouvir as baboseiras desse ilustre apartante.

O SR. NILSO SGUAREZI — Sr. Presidente, peço que V. Ex.<sup>a</sup> me assegure a palavra.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) Continua com a palavra o Sr. Deputado Nilso Sguarezi.

O SR. NILSO SGUAREZI — Obrigado.

O Sr. Ezequias Losso — V. Ex.<sup>a</sup> permite um aparte? (Assentimento) Nobre Deputado Nilso Sguarezi, sempre temos respeitado as opiniões de V. Ex.<sup>a</sup>, quando ocupa a tribuna desta, para trazer pontos de vistas pessoais e de bancada, a respeito de assuntos, a respeito de situações, que são consideradas relevantes, para a sociedade paranaense e brasileira.

V. Ex.<sup>a</sup> trouxe hoje à tela, o assunto relacionado com a renovação da Câmara Alta do País, como também das eleições parlamentares. Eleições estas que contarão com a participação da maioria desta Casa.

O nobre Deputado Gabriel Manoel, usando da tribuna, em seu nome e em nome de vários companheiros da Arena, procurou mostrar que a Aliança Renovadora Nacional, como



Partido de sustentação do Governo, tem consciência do momento histórico em que nós estamos vivendo. E é certo que tem procurado apoiar aquelas medidas que são consideradas as mais convenientes para a manutenção do clima de ordem, do progresso de nossa terra.

Evidentemente, a questão relacionada com a eleição do Senador por via indireta, foi devidamente estudada pelos líderes da Aliança Renovadora Nacional. É certo que o Movimento Democrático Brasileiro não aceita esta forma de eleição, mas ela é uma forma democrática, existem países democráticos que adotam o sistema de eleição indireta.

Pessoalmente, sou favorável às eleições diretas para todos os postos. E mesmo acho que chegaremos, com certa rapidez, a esta situação, porque, na verdade, o povo, quando escolhe os seus representantes, bem ou mal, será por eles representados. Assim, creio que logo teremos a possibilidade das eleições diretas.

Entretanto, a Aliança Renovadora Nacional, achou mais conveniente esta forma para as eleições do corrente ano, no que diz respeito à Presidência da República, ao Governo do Estado e parte dos Senadores.

Auscultando a opinião pública, nobre Deputado, podemos verificar que há uma forte tendência a apoiar as medidas governamentais. Isto, inclusive, foi objeto de pesquisa recentemente realizada, conforme V. Ex.<sup>a</sup> teve ocasião de dizer. E em 1976, a Aliança Renovadora Nacional teve a maioria dos votos do Brasil e aqui no Paraná, especialmente, a maioria das Prefeituras; não deixa de ser uma forma de apoio às próprias medidas governamentais.

As eleições do corrente ano, nobre Deputado, certamente irão mostrar ao Governo o grau de aceitação...

O SR. NILSO SGUAREZI — Por que não fazê-la direta, nobre Deputado?

Se a Arena ganhou a maioria das Prefeituras, por que não fazê-la direta, a eleição para Governador?

O Sr. Ezequias Losso — Mas serão diretas as eleições para Deputado Estadual, para Deputado Federal e para Senador. Obviamente o povo, ao votar nos seus candidatos a Deputado, estará demonstrando o grau de aceitação das medidas que o Governo está adotando, porque é o mesmo Partido, a Arena, o Partido do Governo. Como também, ao votar no MDB, como disse o nobre Deputado Osvaldo Macedo, poderá demonstrar através da eleição dos representantes.

E pelo que nos parece, nobre Deputado, está havendo uma grande aceitação. Pelo menos tenho observado, nas regiões em que represento, há uma grande aceitação. E há uma certa solidariedade com as medidas governamentais.

Apenas gostaria de acrescentar ainda, ter estranhado as opiniões do Deputado Osvaldo Macedo, com relação ao candidato a Presidente, pela Aliança Renovadora Nacional, General João Baptista Figueiredo, que é um homem que mostrou, durante o tempo em que esteve atuando em cargos importantes, em cargos relevantes da estrutura nacional, um grande senso de patriotismo, mostrou, ele, ser um homem voltado para o bem, que, sempre procurou, nestas mesmas posições, ouvir a opinião de outras pessoas. Porisso, eu acredito estar ele, preparado para assumir a Presidência da República, porque ele é um líder, é um conhecedor dos assuntos nacionais.

Assim, a Aliança Renovadora Nacional não pode concordar com as palavras do Deputado Osvaldo Macedo, porque o General João Baptista Figueiredo é um homem credenciado, um homem que recebeu o voto de milhares de convencionais que acorreram à Brasília, sem serem forçados a isto, foram, espontaneamente, e lá depositaram o seu voto de confiança. Por esta razão, é ele um homem credenciado, é um candidato em condições de assumir, porque teve o apoio popular representado pelos convencionais que ali compareceram e, demonstrou capacidade, nos cargos que exerceu.

Portanto, a Aliança Renovadora Nacional não aceita, como já tive ocasião de dizer, esta argumentação apresentada pelo nobre Deputado, e a contesta, por estar na evidência até aqui demonstrada pelo próprio candidato durante os cargos que exerceu, a capacidade para desenvolver um bom mandato frente aos destinos da nossa Nação.

Obrigado pelo aparte de V. Ex.<sup>a</sup>.

O SR. NILSO SGUAREZI — Respondo a V. Ex.<sup>a</sup>:

Primeiro, não entendo o "rapidamente" de V. Ex.<sup>a</sup>, ao dizer que "chegaríamos lá, rapidamente". Rapidamente, para chegarmos às eleições diretas dentro da estrutura de poder, que existe, ou dentro do "pacote de abril", eminente Deputado Ezequias Losso, serão mais 7 anos; somados a 14, serão 21, o que vale dizer que, somente um homem de 40 anos então poderá chegar à condição de votar para Presidente da República, o que me parece, o sacrifício de uma geração.

Em segundo lugar, não concordo com V. Ex.<sup>a</sup> quando diz que, milhares de convencionais foram a Brasília para votar.

Eminente Deputado, nós somos um Brasil de milhões. A única diferença que existe entre nós é na questão dos zeros, mas zeros à direita, não à esquerda.

E finalmente, eu não consigo entender isto, dos eminentes integrantes do maior Partido do Ocidente: se são favoráveis à eleição direta como agora mesmo V. Ex.<sup>a</sup> confessou — se V. Ex.<sup>a</sup> entende de que o homem brasileiro está preparado para votar em V. Ex.<sup>a</sup>, que é um homem que confecciona, que é um homem que produz as leis, por que não está preparado, eminente Deputado Ezequias Losso, o homem brasileiro para votar livremente no homem que vai cumprir as leis, que vai executar as leis?

Esta pergunta, esta indagação é que eu deixo aos ilustres representantes da bancada arenista.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) A Presidência lamenta informar ao Deputado que ocupa a tribuna, que seu tempo está esgotado. Concede-lhe o tempo necessário para as conclusões.

O SR. NILSO SGUAREZI — Concederei então, um aparte ao nobre Deputado Osvaldo Macedo, encarecendo que o Deputado seja breve.

O Sr. Osvaldo Macedo — Deputado Nilso Sguarezi, agradeço o aparte, que é apenas para dizer que, realmente, o General João Batista Figueiredo não está preparado e não tem condições de ser o Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil.

Os cargos que exerceu foram cargos sigilosos - ou Secretário de Segurança, ou Chefe de Gabinete Militar, ou Chefe do SNI. Quem disser que ele deu demonstrações de capacidade, está bajulando gratuitamente, tal qual aquele Deputado que levou a bituca do cigarro do general...

Daí, se concluir que ele não tem capacidade alguma. Todas as vezes em que abriu a boca, não disse coisas corretas; em uma, disse que é intelectual e que entende de matemática; em outra, disse que o povo brasileiro não está preparado para votar porque ainda não sabe escovar os dentes; em outra, disse que gaúcho é gigolô de vaca; em quarto lugar, disse que estava mais preocupado em escolher, ele escolher, para Governadores dos Estados, quem desse a vitória para a Arena e não quem fosse competente.

Poderia ser incompetente; mais importante que desse a vitória para a Arena. De tal forma que, de tanto ouvir nas vezes em que falou, as incongruências, as imprudências que disse, me faz crer que aquele personagem que faz sucesso agora no "Planeta dos Homens", o Batista, do "Cala a boca Batista", foi influenciado por alguém.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) A Presidência já notificou o Sr. Deputado Nilso Sguarezi que se encontra na tribuna, que seu tempo esgotou e pede a V. Ex.<sup>a</sup> que conclua.

O SR. NILSO SGUAREZI — Concluo, Sr. Presidente.

**O Sr. Ezequias Losso** — V. Ex.<sup>a</sup> permite um aparte?

**O SR. NILSO SGUAREZI** — Eu vou ter que me quedar por aqui, porque se conceder a um, terei que conceder a outro e a Presidência já me avisou. Eu só quero dizer o seguinte: que ficou comprovada a incompetência do General João Batista Figueiredo, ao escolher o Sr. Laudo Natel, que não conseguiu ganhar a eleição nem dentro da Arena.

Muito obrigado. — **(Sem revisão do orador).**

**O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni)** — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

#### ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 Srs. Deputados.

A Presidência comunica aos Srs. Deputados, que mandou publicar em Avulso a Emenda à Constituição Estadual, subscrita pelos Srs. Deputados Fidelcino Tolentino e Deputado Gabriel Sampaio, considerando tratar-se de uma 5.<sup>a</sup> feira, a Presidência, constitucionalmente e regimentalmente, tem o dever de abrir o prazo, para apresentação de emendas à proposição.

Este prazo, passará a contar, de 2.<sup>a</sup> a 4.<sup>a</sup> feira, da próxima semana.

Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, lido da tribuna, solicitando se digne a Presidência, consultar o Plenário para ser designada a data de 20 de junho corrente, a fim de serem ouvidos em audiência por esta Assembléia Legislativa, os Srs. Secretário do Interior e Presidente da SANEPAR, conforme decisão já adotada pela Casa em 10 de maio próximo passado. —

A Presidência deve, sobre ele manifestar-se: verifica a Presidência à página 6, do Diário da Assembléia, do dia 10 do corrente mês, que o requerimento do Sr. Deputado Deni Schwartz, foi convidado o Excelentíssimo Senhor Doutor Noel Lobo Guimarães, Secretário de Estado do Interior, e o Senhor Doutor Cláudio Araújo, Diretor Presidente da SANEPAR, para realizarem, nesta Casa, uma palestra e responderem indagações.

O atendimento a convite, depende de manifestação da vontade do convidado. Quer me parecer que no requerimento, o Sr. Deputado Nilso Sguarezi, que invoca o artigo 94 do Regimento Interno, ele trata tão somente da convocação de Secretários de Estado.

Entende a Presidência, que o atendimento à convocação é imperativo, expondo-se, inclusive o Sr. Secretário que não atender a convocação, à sanção que a própria Constituição do Estado lhe impõe.

Desta forma, a Presidência não pode receber de forma imperativa, a interpretação do artigo 94, no qual a Presidência entende tanto quanto Sua Excelência o Sr. Deputado Nilso Sguarezi, que é válido a interpretação feita. Todavia, para os casos de convocação de Secretários de Estado e nunca para Secretários de Estado convidados a virem a esta Casa.

Todavia, não invalida absolutamente, que a Presidência estabeleça com o Sr. Secretário do Interior, entendimentos e procure junto a Sua Excelência designar dia e hora para que Sua Excelência compareça como convidado e digo, dependendo da vontade dele, como convidado, de comparecer ou não a este plenário.

**O SR. NILSO SGUAREZI — (Pela ordem)** — Sr. Presidente, eu entendo e a redação do artigo me parece, ou me faz entender dessa maneira. Diz aí, que “em todos os casos”, o que quer dizer: convocação ou convite.

Na convocação o Secretário está obrigado, por disposição constitucional, a comparecer. E no convite, não tem esta obrigação. Não existe obrigação nenhuma. Ele vem, se quer.

Agora, o que não pode então, é a Casa ficar nessa interpretação, que está ocorrendo. E o Sr. Secretário, ter a faculdade ou o direito de escolher o dia. Parece-me então que a Casa

tem os seus interesses a tratar.

O caso do exame da falta de água no Paraná — e daí a presença do Sr. Secretário do Interior e do Presidente da SANEPAR, tem uma relevância extraordinária.

Essa presença deve ser imediata porque se deixarmos ao arbítrio do Sr. Secretário, quer me parecer, que é essa a sua finalidade. O Sr. 1.<sup>o</sup> Secretário tem uma função específica. É apenas a de fazer o ofício. O convite a Assembléia está fazendo para o Secretário do Interior e Presidente da SANEPAR, comparecerem no próximo dia 20. Se eles não comparecerem, evidentemente, sanção alguma se lhes possa atribuir, porque aí está a diferença, entre convocação e convite.

O que não pode ocorrer, é que a Assembléia fique na dependência do Sr. Secretário fixar esta data, pois ficaria sempre ao seu exclusivo arbítrio, e o que vem ocorrendo é que, inclusive como eu afirmei sobre o requerimento, a Mesa da Assembléia vem sendo desgastada com isso. Com este expediente, está às vezes, procurando-se esvaziar assuntos que a opinião pública tem interesse. Este, da presença do Presidente da SANEPAR é de real interesse público, porque esta Assembléia pode-se incorporar na campanha que a SANEPAR vem fazendo, para que se poupe água, para que se tomem providências, se dêem maiores recursos para que a SANEPAR possa fazer frente à estiagem.

Ora, a delongada ou a procrastinação que vem o fato ocasionando, evidentemente, está esvaziando ou perdendo o sentido de que o próprio convire visa encontrar. — **(Sem revisão do orador).**

**O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni)** — A Presidência mantém a decisão, todavia deseja oferecer, digo, esclarecer.

Artigo 20 da Constituição do Estado:

“Os Secretários de Estado serão obrigados a comparecer perante as comissões ou Plenário da Assembléia Legislativa, quando esta os convocar para, pessoalmente, prestarem informações acerca de assunto previamente determinado.

No parágrafo 1.<sup>o</sup>:

“A falta de comparecimento, sem justificação, importará em crime de responsabilidade”.

§ 2.<sup>o</sup>:— Nos pedidos de informação, os Secretários de Estado deverão responder à Assembléia Legislativa, dentro de 30 dias.”

Etc.

O eminente Deputado Nilso Sguarezi verifica no Regimento Interno, que nos termos constitucionais, a Assembléia e suas comissões podem convocar por deliberação da maioria de seus membros qualquer Secretário de Estado para prestarem informações sobre questões prévias e expressamente determinadas atinentes a assuntos da 1.<sup>a</sup> Secretaria.

Mas, verifica, eminente Deputado, que resolvida pela Assembléia ou por qualquer de suas comissões, a convocação de um Secretário de Estado, serão imediatamente designados, dia e hora para a audiência do mesmo.

Até aí a Presidência concorda com Vossa Excelência. Não há nada a opor quanto à pretensão justa e regimental de que no expediente de convocação, se designe dia e hora para audiência do Sr. Secretário.

**O SR. NILSO SGUAREZI** — Pela ordem, Sr. Presidente, Não é convocação. Foi feito convite.

**O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni)** — A Presidência estaria dando o caminho da convocação, para dizer depois, a Vossa Excelência que, no caso de haver sido ele, Secretário de Estado ou qualquer outra personalidade, autoridade ou não, convidada para comparecer a esta Assembléia, entende a Presidência e Vossa Excelência haverá de entendê-lo também, que depende de manifestação do convidado, comparecer ou deixar de comparecer, porque nenhuma sanção lhe caberá se Sua Excelência ou qualquer outra autoridade deixar de atender convite

para aqui comparecer.

Não há como se possa, eminente Deputado, determinar dia e hora, porque Sua Excelência poderá, simplesmente, não comparecer, e não caberá à Assembléia Legislativa, nenhuma autoridade para validar sanções previstas na Constituição e no Regimento Interno, no caso de crime de responsabilidade, qu estão exclusivamente postas, para aquele que deixar de atender convocações.

É o entendimento da Presidência, mas não invalida, disse, que a Presidência mantenha com o Sr. Secretário um contáto e reformule o convite já feito na sessão de quarta-feira, 10 de maio, e verificar junto a Sua Excelência se deseja comparecer e convencionar com ele dia e hora, para comparecimento. O SR. NILSO SGUAREZI — Sr. Presidente, eu visava obter, com este requerimento, um entendimento a respeito desta questão, porque como Vossa Excelência pretende fazer, eu me congratulo com Vossa Excelência e parece que Vossa Excelência está agindo sem base no Regimento Interno, porque este convite, pelo Regimento Interno, deve ser feito pelo 1.º Secretário; está expresso no Regimento Interno — O Sr. 1.º Secretário expedirá o ofício, no caso de convocação. No caso do convite, o convite.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Vossa Excelência está equivocado — ao Secretário convocado será expedida comunicação mediante ofício firmado pelo 1.º Secretário, com a menção do dia e hora em que terá de comparecer e com a declaração do objeto das informações pedidas. É neste caso.

O SR. NILSO SGUAREZI — Perfeito. Vossa Excelência se estriba no Regimento Interno, apenas para que eu esteja informado, onde Vossa Excelência se estriba no Regimento Interno, para Vossa Excelência tomar essa iniciativa e, não o 1.º Secretário de formular o convite?

O SR. PRESIDENTE — Exatamente, porque o convite foge do que preconiza o Regimento Interno que trata da convocação. Em se tratando de convite, nada obsta que o Chefe do Poder contacte com a pessoa convidada e procure estabelecer com Sua Excelência dia e hora para comparecer.

O SR. NILSO SGUAREZI — Sr. Presidente, eu discordo, porque nesses arts., do 92 a 96, há várias disposições que tratam, no caso de convite, inclusive, está aí, no Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE — Vossa Excelência está equivocado.

Eu vou ler para Vossa Excelência o art. 93:— "Ao Secretário que desejar solicitar providências legislativas ou prestar esclarecimentos independente de qualquer convocação da Assembléia ou de suas Comissões, serão, por estas ou por aquela, marcadas dia e hora para esse fim, logo que tenham ciência do pedido."

É, também, Vossa Excelência verifica uma, não há, a medida não será, nunca, unilateral, tanto a Assembléia poderá convidá-lo como ele, Sr. Secretário, poderá se oferecer para vir aqui, na condição de convidado, para solicitar providências ou para prestar esclarecimentos.

Vossa Excelência verificará no art. 94, que é o invocado por Vossa Excelência, no requerimento, que "para a audiência do Secretário, em qualquer caso, "exatamente, os referidos no 93 e, também, se for o caso, no da convocação, "pela Assembléia ou suas Comissões, regulará o prazo que houver sido previamente fixado".

O SR. NILSO SGUAREZI — Sr. Presidente, no caso em apreço, o requerimento era de convocação; por solicitação do Líder da ARENA, o ilustre Deputado Deni Schwartz o transformou em convite. Partindo da premissa, ou do pressuposto, então, de que o Sr. Presidente da SANEPAR e Sr. Secretário do Interior se disponham a vir a esta Assembléia. Daí, então, a nossa iniciativa, de que falta, apenas, a Assembléia manifestar, ou formalizar esse convite, porque já há aquiescência prévia daquelas pessoas, daquelas autoridades de comparecerem

a esta Casa. Daí a razão porque o Deputado Deni Schwartz ter transformado a convocação em convite, porque constou e consta isso, do Diário da Assembléia de 10 de maio último, quando se decidiu a respeito, o compromisso, já, do eminente Líder da ARENA, de que aquelas autoridades aqui compareceriam.

Então, por isso que eu peço a Vossa Excelência que levasse o nosso requerimento à decisão, para que esse convite fosse formalizado e comparecessem aquelas autoridades no próximo dia 20. Automaticamente, ao receberem e não conseguirem vir, elas entrarão em contáto com Vossa Excelência para ser designada uma outra data. O que eu quero, é que a Assembléia tome uma decisão, que nós não podemos mais ficar à mercê de como a coisa anda.

Foi feito o convite mas não se marca a data, e se fica um à espera do outro. Ora, isto aconteceu com o Secretário de Segurança que só veio depôr na Assembléia mais de sessenta dias depois de ser convocado. Está ocorrendo agora com o Presidente da SANEPAR e o Secretário do Interior e Justiça.

Então eu pediria a Vossa Excelência que levasse o nosso requerimento à decisão do Plenário. Tenho absoluta certeza que aquelas autoridades que pretendem aqui comparecer, comparecerão no dia 20. E, se não o puderem fazer, entrarão em contáto com Vossa Excelência para que seja designada uma outra data.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — A Presidência não pode falar no pressuposto de que o Sr. Secretário tenha com o Sr. Líder da ARENA convencionado comparecer a esta Casa. Não tem a Mesa qualquer comunicação da vontade do Secretário, em razão do que, eminente Deputado, a Presidência se dispõe contactar com o Sr. Secretário e dizer à Sua Excelência do interesse que esta Casa tem em ouvi-lo.

Todavia, a Presidência mantém a decisão de que a convite o Sr. Secretário só comparecerá à vontade dele, a não ser que Vossa Excelência possa transformar esse convite em convocação, o que dependeria da vontade da maioria dos membros desta Casa, nos termos preconizados pela Constituição do Estado.

O SR. NILSO SGUAREZI — Sr. Presidente, eu não de dou por conformado com a decisão de Vossa Excelência e recorro ao Plenário da decisão de Vossa Excelência. Vossa Excelência toma a decisão de não aceitar, não acatar o meu requerimento para que se fixe a data de 20 próximo. Assim, eu recorro ao Plenário da decisão de Vossa Excelência sobre o assunto.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Muito embora as questões de ordem regimentalmente devam ser definitivamente resolvidas pela Presidência, mas tem sido praxe voltar-se ao recurso do Plenário quando requerido, a Presidência não se opõe a que o Plenário se manifeste. A Presidência colocará em votação a decisão da Presidência.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente, embora seja elogiável o liberalismo de Vossa Excelência, não é matéria a ser apreciada pelo Plenário. A questão de ordem que Vossa Excelência já definiu, já respondeu, e se o nobre Deputado proponente para que se submeta a questão à apreciação do Plenário não aceitar a decisão da Mesa, cabe, é facultado ao nobre Deputado, de entrar com um requerimento solicitando que a Casa aprove, dia e hora, uma nova convocação, um novo convite; mas jamais o Plenário, nesse caso especificamente votar uma decisão da Mesa numa questão de ordem em que o Regimento Interno da Casa é claro, não admite nenhum sofisma.

Eu não votarei, Sr. Presidente, a questão de ordem proposta pelo nobre Deputado Nilso Sguarezi.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Encontra-se sobre a

mesa requerimento do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, que não foi recebido pela Presidência. Recorre da decisão da Presidência ao Plenário, para se validada a sua tese exigir da Presidência que coloque em votação o seu requerimento.

É esta a questão de ordem levantada pelo Sr. Deputado Nilso Sguarezi.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Pela ordem, concedo a palavra a Vossa Excelência.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Vossa Excelência poderia terminar a leitura do requerimento?

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Perfeitamente.

O SR. SECRETÁRIO — (Lê requerimento).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Antes de lhe conceder a palavra, Deputado Erondy Silvério, a Presidência deseja ler para conhecimento do Plenário, Artigo 125 do Regimento Interno: Das decisões da Mesa, deixando de aceitar qualquer proposição, caber recurso ao Plenário."

A Presidência não está entrando no mérito da matéria, e tão somente, louvando-se no Artigo 125, para recursos, solicitado ao Plenário, quanto ao recebimento do requerimento, ou não.

Com a palavra o Deputado Erondy Silvério, para uma questão de ordem.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente.

Entendo o espírito de que Vossa Excelência se louvou para colocar à apreciação do Plenário, o requerimento do Sr. Deputado Nilso Sguarezi. Mas, continuo, achando que o requerimento é anti-regimental, porque o Regimento é bem claro, convocação, Vossa Excelência marca data e hora. Convite é convite, não se pode trazer ninguém sob chicote a esta Casa, não há lei ou dispositivo, nem na Constituição, nem no Regimento Interno, que ampare Vossa Excelência para marcar dia e hora a uma autoridade ou a quem quer que seja, comparecer aqui, sob forma de convite.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — A Presidência vai submeter ao Plenário, nos termos do Artigo 125 do Regimento Interno, a decisão da Mesa:

Em votação.

Os Srs. Deputados que aprovam a decisão da Mesa em não receber o requerimento do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, permaneçam como estão. Aprovada a decisão da Mesa.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente (Pela ordem)

Requeiro a Vossa Excelência que ... eu acho que deu maioria para o requerimento, não?

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — A Presidência está anunciando o resultado, e cabe regimentalmente, o recurso ao eminente Deputado.

O SR. ERONDY SILVÉRIO (Pela ordem). — Sr. Presidente, V.

Ex.<sup>a</sup> colocou em votação da seguinte forma, o requerimento: Os Srs. Deputados que aprovam a decisão da Mesa em não receber, permaneçam sentados.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Perfeito. Foi esta a decisão.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Então, Vossa Excelência declarou aprovado.

E a decisão da Mesa, está aprovada.

O SR. NILSO SGUAREZI (Pela ordem) — Solicito verificação de votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — A Presidência defere, e fará no processo inverso, a verificação.

Em votação a decisão da Mesa. Os Srs. Deputados que aprovam a decisão da Mesa, queiram levantar-se. (Pausa)

(É feita a contagem)

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — 13 Srs. Deputados a rejeitam; 7 Srs. Deputados a aprovam.

Não há "quorum" para deliberação.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado

Ivo Thomazoni, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** — Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados; apenas em sua fase de discussão:

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 171/77, de autoria do Deputado DEL CIEL, que declara de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E À INFÂNCIA DE CAMBÉ", com sede e foro na cidade de Cambé. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Encerrada a discussão.**

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 27/78, de autoria do Deputado FRANCISCO ESCORSIN, que declara de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE IBIPORÃ, com sede e foro na cidade de Ibiporã. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Encerrada a discussão.**

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 33/78, de autoria do Deputado LUIZ ROBERTO SOARES, que outorga título de Cidadão Benemérito do Paraná, ao Senhor Desembargador FRANCISCO DE PAULA XAVIER FILHO. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Encerrada a discussão.**

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 37/78, de autoria do Deputado FABIANO BRAGA CÔRTEZ, que declara de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE E HOSPITALAR DE CONTENDA — A.B.H.C.", com sede e foro na cidade de Contenda. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Encerrada a Discussão.**

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 72/77, de autoria do Deputado WILSON FORTES, que autoriza o Poder Executivo criar na sede do Município de Jacarezinho, uma Escola Técnica Agrícola 1.º e 2.º ciclos para funcionar, a partir do ano letivo de 1978. Pareceres CONTRÁRIOS da C.C.J., C.F. e C.I.P., por unanimidade. — **Encerrada a Discussão.**

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 86/77, de autoria do Deputado ENÉAS FARIA, que cria o Museu de História do Paraná, com sede em Curitiba, autorizando o Poder Executivo proceder sua instalação e dá outras providências. Pareceres CONTRÁRIOS da C.C.J. por maioria, da C.F., por unanimidade e FAVORÁVEL da C.I.P., por unanimidade. — **Encerrada a discussão.**

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 162/77, de autoria do Deputado NILSO SGUAREZI, que proíbe a publicidade do uso de cigarros e bebidas alcoólicas nas Rodovias Estaduais e no interior de veículos de transportes coletivos no Estado do Paraná. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Encerrada a Discussão.**

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 39/78, de autoria do Deputado DENI SCHWARTZ, que denomina "Rodovia Antônio Baby" a estrada da PRT — 280, que liga a localidade de Santa Rita no Município de General Carneiro, à sede do Município de Pato Branco. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — EM REGIME DE URGÊNCIA. — **Encerrada a discussão.**

PROJETO DE LEI N.º 39/78.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná  
D E C R E T A:

Art. 1.º — Fica denominada "Rodovia Antônio Baby" a estrada PRT-280, que liga a localidade de Santa Rita no

Município de General Carneiro à sede do Município de Pato Branco, neste Estado.

Art. 2.º — A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário, por ventura existentes.

Sala das Sessões, em 13 de abril de 1.978.

JUSTIFICATIVA: (a) Deni Schwartz

O ex-Deputado Federal Antônio Baby foi um dos políticos mais atuantes do Estado do Paraná, em especial em defesa dos interesses da Região Sul.

Vereador por União da Vitória, Deputado Estadual e por duas legislaturas Deputado Federal, foi também Diretor da atual Rede Ferroviária Federal.

No Congresso Nacional uma de suas maiores reivindicações foi exatamente a introdução no Plano Rodoviário Nacional da Rodovia União da Vitória-Barracão.

Incompreendido e tendo de enfrentar, à época, inclusive companheiros políticos seus, não esmoreceu e teve vitoriosa sua posição.

A homenagem que se pleiteia nos parece a mais justa.

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI N.º 39/78.

##### PARECER

De autoria do nobre Deputado Deni Schwartz, o presente projeto de lei tem por finalidade denominar "Rodovia Antônio Baby", a estrada que especifica.

Analisando-se o processo, através de justificativa que insere o curriculum de Antônio Baby, deparamos com a meritória e justa homenagem que se pretende, denominando uma das estradas de nosso Estado, com o seu honrado nome.

Quanto ao aspecto legal e constitucional, objeto de análise por esta Comissão de Constituição e Justiça, temos que não existe óbice algum que possa impedir a sua aprovação por esta Casa.

Nestas condições, o nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 11 de maio de 1.978.

(aa) Paulo Camargo, Presidente;

Fabiano Braga Côrtes, Relator.

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 62/78, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 62/78, que objetiva conceder pensão mensal de valor igual a 5 (cinco) salários mínimos ao Doutor Arthur Martins Franco, ex-Professor e um dos fundadores da Universidade Federal do Paraná. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade. — **Encerrada a discussão.**

#### PROJETO DE LEI N.º 62/78

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

##### DECRETA:

Art. 1.º — Fica concedida uma pensão mensal de valor equivalente a 5 (cinco) salários mínimos fixados para a Capital do Estado, ao Doutor ARTHUR MARTINS FRANCO, ex-professor e um dos fundadores da Universidade Federal do Paraná.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 15 de maio de 1.978.

(a) Poder Executivo.

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI N.º 62/78

##### PARECER

1. O presente plano de lei, oriundo da Mensagem Governamental n.º 62/78, de 15 de maio do corrente, objetiva

a concessão de uma pensão mensal de valor igual a 5 (cinco) salários mínimos ao Dr. Arthur Martins Franco, um dos fundadores da Universidade Federal do Paraná, da qual foi um dos mais destacados professores.

2. A ampla e substancial exposição de motivos que acompanham a Mensagem Governamental demonstra à sociedade a conveniência, oportunidade e justiça da medida pleiteada.

3. O projeto de lei em exame não colide com qualquer disposição legal ou constitucional, pelo que o nosso parecer é pela sua aprovação.

É o parecer, s.m.j.

Sala das Comissões, em 13 de junho de 1.978.

(aa) Paulo Camargo, Presidente;

Gilberto Carvalho, Relator.

#### COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI N.º 62/78

##### PARECER

O presente Projeto de Lei n.º 62/78, originário da Mensagem Governamental n.º 62/78, tem por finalidade autorizar a concessão de pensão mensal conforme especifica ao Doutor Arthur Franco, ex-professor e um dos fundadores da Universidade Federal do Paraná.

A medida proposta está devidamente justificada e das mais meritórias é a finalidade.

Nestas condições o nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 13 de junho de 1.978.

(aa) Erondy Silvério, Presidente;

Gabriel Manoel, Relator.

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 75/78, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 65/78, que dispõe sobre créditos tributários pertinentes ao imposto de operações relativas à circulação de mercadorias, na forma que especifica. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade. — **EM REGIME DE URGÊNCIA. — Encerrada a Discussão.**

#### PROJETO DE LEI N.º 75/78.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

##### DECRETA:

Art. 1.º — Os créditos tributários pertinentes ao imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias, existentes em 31 de março de 1978, que não tenham sido extintos nos prazos regulamentares e pendentes de regularização, poderão ser pagos em até 120 (cento e vinte) dias contados da data da publicação desta lei, em uma única prestação, na seguinte escala de prazo e com as reduções na multa devida e na correção monetária adiante indicadas:

- I — nos sessenta primeiros dias, setenta por cento;
- II — do sexagésimo primeiro dia até o nonagésimo dia, sessenta por cento;
- III — do nonagésimo dia até o centésimo vigésimo dia, cinquenta por cento.

Parágrafo único. Excluir-se-ão das reduções previstas neste artigo os créditos tributários:

- a) resultantes de multas formais;
- b) cuja falta de extinção decorra das infrações previstas nos itens 6 e 7 do § 1.º do artigo 54 da Lei n.º 6364, de 29 de dezembro de 1972.

Art. 2.º — Quando o crédito tributário já tenha sido ajuizado para cobrança executiva o sujeito passivo deverá apresentar comprovante do pagamento das despesas processuais.

Art. 3.º — O pedido do contribuinte deverá ser protocolizado, conforme a escala de prazo e redução escolhidos,

até o décimo quinto dia que anteceder ao em que recair o sexagésimo, nonagésimo e centésimo vigésimo dias referidos nos incisos do artigo 1.º.

Art. 4.º — A Secretaria das Finanças expedirá instruções para a execução desta lei.

Art. 5.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 6.º — Ficam revogadas as disposições em contrário. Sala das Comissões, em 24 de maio de 1.978.

(a) Poder Executivo.

# COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI N.º 75/78.

## PARECER

Oriundo da Mensagem Governamental, o presente Projeto de Lei n.º 75/78, tem por finalidade estabelecer critérios sobre créditos tributários pertinentes às operações relativas à circulação de mercadorias e dá outras providências.

A matéria está devidamente justificada através da exposição de motivos de n.º 212/78, de 27/04/78, na qual o Senhor Secretário de Estado das Finanças, demonstra a oportunidade e o interesse público na medida que ora é submetida à apreciação desta Casa.

Sob o aspecto constitucional do projeto ora em análise objeto da apreciação por esta Comissão, temos que a matéria de que trata a Proposição, está prevista nos Arts. 25 e 47 da Carta Magna do Estado, quando estabelece a competência do início do processo legislativo em questões financeiras, ao Chefe do Poder Executivo.

Nestas condições, o nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua APROVAÇÃO, já que não existe impedimento algum, quer legal, quer constitucional que possa impedir a sua tramitação por esta Casa.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 13 de junho de 1.978.

(aa) Paulo Camargo, Presidente;  
Fabiano Braga Côrtes, Relator.

# COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI N.º 75/78.

## PARECER

O presente Projeto de Lei n.º 75/78, originário da Mensagem Governamental, dispõe sobre créditos tributários pertinentes ao imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias.

Analisando-se a matéria sob o seu aspecto financeiro a que está afeta esta Comissão, temos que de acordo com a exposição de motivos apresentada pelo Senhor Secretário de Estado das Finanças a medida proposta visa conceder redução nas multas e na correção monetária do ICM, para os contribuintes que satisfizerem os créditos tributários pendentes de regularização.

Prevê, ainda, o projeto uma escala de prazos com redução conforme estabelece.

De acordo com a exposição de motivos acima citada, a proposição está enquadrada em termos técnicos-financeiro e visam efetivamente dar melhores condições não só aos contribuintes como também ao erário estadual.

Nestas condições, o nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 13 de junho de 1.978.

(aa) Erondy Silvério, Presidente;  
Edilson Alencar, Relator.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivo Thomazoni, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Antônio Veraschim, ocorrido na cidade de Pato Branco.— **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Edilson Alencar, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Waltenor Húngaro, ocorrido no Distrito de Jesuítas, Comarca de Formosa D'Oeste.— **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Accioly Neto, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Desembargador Eurico Pereira de Macedo.— **Aprovado.**

No mesmo teor, requerimentos de autoria dos Srs. Deputados Maurício Fruet e David Federmann, constantes do expediente.— **Aprovados.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Alberto Oliveira, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Senhora Rosa Croda, ocorrido na cidade de Francisco Beltrão.— **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fuad Nacli, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Doutor Bento Pereira Louzada.— **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Francisco Toaldo, ocorrido nesta Capital.— **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ernesto Gnoato, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Waltenor Húngaro, ocorrido no Distrito de Jesuítas, Município de Formosa D'Oeste.— **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Domício Scaramella, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Ministro dos Transportes, encarecendo indenização como pagamento de área atingida pela faixa de domínio da BR-153, no trecho de General Carneiro a União da Vitória.— **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Pietrângelo, constante do expediente, solicitando o envio de expedientes aos Srs. Governador do Estado, Ministro da Agricultura e da Indústria e Comércio, consubstanciado em apelo, para que estas autoridades em conjunto ou separadamente, gestionem no sentido de permitir e tornar obrigatório o adicionamento de farinha de mandioca na ração.— **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Waldenício Barbalho, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Administração, consubstanciado em pedido de informações, a fim de que esta Casa seja informada a que título está prestando serviço à Prefeitura Municipal de Tamboára, o veículo de propriedade do Estado, marca Volkswagen.— **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fabiano Braga Côrtes, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações pela nomeação, por ato do Sr. Presidente da República, do General Otávio Aguiar de Medeiros, no cargo de Ministro Chefe do Serviço Nacional de Informações.— **Encerrada a discussão.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 16, sexta-feira, à hora regimental, com a Ordem do Dia já anunciada anteriormente.

Levanta-se a sessão.